

Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais

Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira¹
Joyce Kimarce do Carmo Pereira²
Keila de Freitas da Silva³
Natane Vieira Lockmann⁴
Sílvia da Costa Silva⁵

¹ Docente do curso de Turismo da UFMG.
Email: anapaulagsantos@yahoo.com.br.

² Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: joycekimarce@hotmail.com

Agradecemos o apoio da Proex - Pró-Reitoria de Extensão e a Parceria do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó

RESUMO

Diante da nova percepção do planejamento, da gestão e do desenvolvimento responsável, o projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó direciona-se para o aprimoramento das ações de planejamento e gestão do Circuito. Visa a estruturação e o desenvolvimento regional, promover a autogestão das representatividades públicas, privadas e do terceiro setor, além da mudança de conduta do turista, por meio de diálogo entre academia e mercado. Como procedimento metodológico, fez-se uso de parâmetros de integração. Como resultado, percebe-se que o Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó apresenta fases diversas e níveis distintos de integração entre os membros no decorrer dos anos.

³ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: keilaemail@yahoo.com

⁴ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: natlockmann@gmail.com

⁵ Discente do curso de Turismo da UFMG.
Email: silviacosta.silcs@gmail.com

Palavras-chave: Gestão Responsável; Turismo; Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó; Planejamento; Produtos Turísticos.

ABSTRACT

Prospects for the Project Responsible Management of Tourism in the Tourist Circuit of Serra do Cipó National Park/Minas Gerais

According to the new perception of planning, management and responsible development the project called Responsible Management of Tourism in the National Park of Serra do Cipó Tourist Circuit is directed to the improvement of planning and management actions of the Circuit. Aimed at structuring and regional development, promote self-management of public representativeness, private and third sector and the tourist behavior change through dialogue between academia and market. In terms of the methodological procedure, it made use of integration parameters. As a result, one realizes that the Tourist Circuit National Park of Serra do Cipó has several stages and different levels of integration between the members over the years.

Keywords: Responsible Management; Tourism; Tourist Circuit of Serra do Cipó National Park; Planning; Tourist products.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem por essência a integração e o diálogo com a sociedade, por meio da construção de ações indutoras do desenvolvimento social em diferentes âmbitos e espaços. Baseia-se na interdisciplinariedade e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, favorecendo um permanente processo de mobilização interna da instituição. A base dessa integração é o diálogo realizado por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços promovidos pela comunidade acadêmica.

Nesse contexto criou-se o projeto de extensão *Gestão Responsável do Turismo – Circuito Turístico Serra do Cipó* em março de 2012, com o objetivo⁶ de fomentar o planejamento e a gestão do turismo de modo responsável na região da Serra do Cipó. A localidade dispõe de expressiva riqueza paisagística, recursos naturais e biodiversidade endêmica da fauna e flora. Configura-se como um dos principais destinos do estado mineiro.

Na primeira fase do projeto fez-se uso da pesquisa bibliográfica pertinente à Gestão Responsável do Turismo, com destaque para os estudos de Faria (1985), Lemos (2005) e Salvati (2004), e do tema governança, que auxiliou na compreensão do arranjo e estrutura política, e sua importância como facilitador para o desenvolvimento das iniciativas do turismo, principalmente da gestão responsável. A pesquisa documental, por meio de análise e síntese das atas de reuniões da AMPASC (Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó), e de documentos sobre a política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, foi outro recurso empregado.

Ao término dessa fase, foram elaborados 20 parâmetros de integração, e em seguida a sistematização das informações. No segundo momento fez-se uso da pesquisa qualitativa *in loco*, e utilização da investigação sistemática dos dados, por meio de entrevistas com integrantes, com a gestora do Circuito e com a comunidade local, visando a identificar a percepção destes em relação ao turismo. Essa etapa gerou um diagnóstico sintetizado dos municípios, apresentado por meio de sumário executivo.

Dessa forma, o presente artigo foi desenvolvido com base nas ações e resultados atingidos pelo projeto⁷, e reflexões e ampliações acerca de um conceito ainda incipiente, qual seja, gestão responsável do turismo.

Mais do que trazer um estudo sobre a região, debruçar e refletir sobre os conceitos supracitados, este artigo pretende demonstrar a contribuição da extensão universitária por meio das atividades desenvolvidas no projeto. De imediato, é possível inferir que este gerou um material histórico-documental para a AMPASC, que anteriormente inexistia; ainda como resultado, a vivência das integrantes no projeto trouxe a aproximação da relação teoria e prática, reduziu fronteiras entre universidade e comunidade, obtendo a parceria da AMPASC e apoio dos municípios integrantes. Além de contribuir para o aprendizado mútuo de todos participantes e deixando como legado acadêmico e social a produção teórica e ações de intervenção desenvolvidas pelo projeto.

⁶ Além deste objetivo, o projeto busca subsidiar aos municípios, a comunidade e empreendedores na formatação de produtos e na conscientização de turistas para uma mudança de conduta; fortalecer as instâncias de governança; fomentar o desenvolvimento regional por meio da conscientização da comunidade e visitantes sobre o valor das relações sociais que se estabelecem com a atividade, visando uma mudança na percepção e prática do turismo na região; além de desenvolver novas reflexões sobre a prática do turismo responsável.

⁷ Sumário Executivo dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó e Relatório Técnico dos Parâmetros de Análise de Integração. COSTA, Sílvia. KIMARCE, Joyce. OLIVEIRA, Ana Paula G. SILVA, Keila E. Projeto Gestão Responsável do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó. UFMG. 2012.

EM BUSCA DAS RAÍZES DA GESTÃO RESPONSÁVEL DO TURISMO

O turismo é uma atividade consideravelmente moderna. Surgiu por meio de adventos isolados da sociedade, desde a Revolução Industrial e Francesa, perpassando o aperfeiçoamento dos transportes, culminando com a expansão das viagens de diversas naturezas, sobretudo por lazer. Transpôs diversas evoluções da sociedade, principalmente a partir do notável advento de Tomas Cook⁸, até os acontecimentos contemporâneos, em que ganhou novas formas de interpretação, práticas e análises.

⁸ Inglês que organizou uma viagem de negócios para um grande e determinado público, contribuindo para o início da organização da atividade.

Neste contexto o turismo foi se desenvolvendo, entretanto, pouco se democratizou. Ao contrário, se tornou em muitos casos uma atividade elitista, correspondendo às tendências do capitalismo e globalização. Impactos de ordem socioeconômica, natural e cultural, como a degradação de paisagens, ecossistemas, cultura local, violência entre outros, são alguns exemplos de impactos negativos. Destarte, novos questionamentos surgem como enfretamento deste turismo. Na década de 1990, com as aspirações de uma sociedade melhor e menos explorada, surgem as possibilidades do turismo sustentável, concebido pelo desenvolvimento e superação dos problemas emergentes. Essa nova abordagem pautada no respeito à natureza e envolvimento local das comunidades, incitava uma atividade economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente correta e culturalmente valorizada (MAGALHÃES, 2002, p. 34).

O discurso da sustentabilidade no turismo tornou-se recorrente e exaustivo nas literaturas. Por outro lado, na sua prática, cada vez mais inatingível devido ao seu caráter generalista, que quase nada considerava as especificidades de cada comunidade e, tampouco demonstrava sugestões de estratégias ou instrumentos de como atingir este desenvolvimento desejado.

Diante desta lacuna, novas abordagens sobre estratégias de desenvolvimento para o turismo vêm sendo semeadas no campo teórico e novas práticas e arranjos de desenvolvimento alternativo têm surgido. Alguns exemplos podem ser visualizados nos conceitos de turismo de base comunitária, turismo solidário, turismo indígena e o mais recente turismo responsável.

Diante desta trajetória, origina-se o turismo responsável como rompimento do turismo convencional, com o propósito de preencher os gargalos do discurso da sustentabilidade. Dessa forma um dos autores a discorrer sobre o tema foi SALVATI (2004, p. 16), que aponta:

O turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.

O autor enfatiza ainda que para se desenvolver o Turismo Responsável é necessário criar instrumentos de regulamentação e oportunizar subsídios para o estímulo à atividade em um destino, por meio do estabelecimento de um Sistema de Normatização Turística, que contemple planos de desenvolvimento municipal e processos de certificação voluntária, estando estes em consonância com os princí-

pios da sustentabilidade e integração econômica, social, cultural e ambiental.

Ainda como base do Turismo Responsável a participação de cada agente envolvido é essencial para seu desenvolvimento. Dessa forma é apregoado um elo entre atores inseridos no processo, por meio do qual possa existir um equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades, gerando assim uma atmosfera favorável às parcerias e a participação da comunidade no desenvolvimento turístico (OLIVEIRA e FONTONA, 2006, p. 5).

A proposta do turismo responsável é compatível com a autogestão, que por sua vez é entendida como:

[...] uma transformação em todos os planos (econômico, político, e social) e, desta forma, trata-se também (e não apenas) de uma outra forma de administração porque a autogestão reconhece a necessidade de um planejamento, embora não delegue o encargo (e seus privilégios a uma minoria de especialistas) sua função é ser uma analisadora do campo histórico e crítico do sistema capitalista e burocrático, no sentido de demonstrar que não existem leis universais para toda a economia, todos os regimes políticos e toda administração, que possam depender, por conseguinte, da ciência de especialistas. (FARIA, 2012, p. 9)

Tendo em vista os conceitos que permeiam o Turismo Responsável, é necessário fomentar sua aplicabilidade e gestão. Como apontado acima, subentende a autogestão como premissa, além da ligação e interrelacionamento entre atores (público-privado e comunidade), o reconhecimento das responsabilidades de cada envolvido e instrumentalização de bases legais. Dessa forma, a autogestão é o caminho da Gestão Responsável do Turismo, obtendo a gestão pública e privada como colaboradoras.

A Gestão Responsável do Turismo é entendida como processo de aprendizagem constante. Abarca a interação de diversos atores, por meio de um arranjo organizacional nas bases legais e conjunto de atividades (gestão de pessoas, riscos, financeiro, recursos, informação, produtos), que agreguem elementos do planejamento turístico (escala territorial e empresarial) sobretudo, os signos das relações sociais⁹ e da responsabilidade¹⁰, culminando todos estes nos valores turísticos.

⁹ Elementos culturais, ambientais, governança, meio ambiente, modos de produção etc.

Percebe-se que o fundamento da Gestão Responsável do Turismo preconiza a participação efetiva da comunidade e o apoio do setor público-privado. Seu conceito é sustentado nos valores intrínsecos do espaço e das relações que se dão no mesmo. É concebido pela integração dos elementos da sustentabilidade, e ainda sugere meios e instrumentos para se alcançar a mesma. Respeita também a especificidade e valores locais, tendo como princípio base a responsabilidade, concepção esta que rege um sujeito ético, a interpersonalidade e dinâmica da relação e expressão dialética humana (DANIEL, 2003, p. 82).

¹⁰ Conduta, confiança, liberdade e escolha.

Diante desta perspectiva, o turismo responsável e sua gestão são plausíveis ao cenário contemporâneo da atividade turística. Promovendo a retomada da essência da viagem, no sentido de proporcionar a transformação individual e social, que foi se diluindo conforme as excludentes práticas imperadas sobre turismo con-

vencional.

Assim, a Gestão Responsável do Turismo tem se formado como um novo paradigma e prática do turismo, que não impõe, nem privilegia certas camadas da sociedade, ao contrário, agrega os diversos setores, e prega sua harmonia e cooperação. Aponta ainda, os instrumentos, formas de administrar com base nos processos governamentais e preconiza a organização social. Possui como preceitos a autogestão, mudança de conduta do turista e dos envolvidos por meio do reconhecimento da responsabilidade.

O CAMINHAR DA GOVERNANÇA NOS PASSOS DA GESTÃO RESPONSÁVEL DO TURISMO

Para compreendermos o conceito de governança, é preciso refletir como este evoluiu no contexto da sociedade. A governança foi tratada como uma estratégia de desenvolvimento para a melhoria dos países periféricos e industrializados. Na década de 1960, com o acirramento da Guerra Fria, o tema ganha destaque no plano acadêmico que acompanhava os modelos econômicos e políticos vigentes na época. Não obstante a isso, o turismo também se moldou nestas práticas. Surge então o novo pensar a respeito do sentido de governar e fazer turístico e a Gestão Responsável nasce diante destas mudanças.

Assim este ideário que apareceu na década de 1990, nas agendas e documentos do Banco Mundial, que traçava uma definição e exigia dos governos a busca por reformas que minimizassem os impactos dos Estados e colaborassem com a inserção de políticas públicas que contemplassem as diversas camadas da sociedade (público, privado e sociedade civil organizada). Foi o primeiro momento da institucionalização do conceito de governança. Dessa forma, o documento “Governance and Development”, de 1992, apud Gonçalves (2005, p. 1)¹¹ diz que governança é

[...] o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. Colocando melhor, ‘é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento’, implicando ainda ‘a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções’.

¹¹ WORLD BANK. 1992. Governance and Development. Washington, DC: The World Bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

Neste momento o Banco Mundial trouxe um deslocamento ao conceito de governança, anteriormente alicerçado sob uma literatura (ainda não sólida) e às estruturas políticas neoliberais, que com a emergência da crise, se viu diante da necessidade de uma nova abordagem que valorizasse outras “instâncias” de poder, sobretudo na sua capacidade de articulação, de processo decisório, formulação de instrumento e mecanismos de gestão.

Esta acepção sustentava ainda a interação e harmonia do setor público-privado e sociedades civis organizadas. Acrescentava-se ainda a este conceito a “boa governança”, como boa maneira de gerir os recursos públicos instituídos em oito princípios: 1) Participação; 2) Estado de direito; 3) Transparência; 4) Responsabilidade; 5) Orientação por consenso; 6) Equidade e inclusividade; 7) Efetividade e eficiência; 8) Prestação de contas.

O conceito de governança ganhou amplitude com as mobilizações das agências e eventos de cunho sociopolítico no mundo, como o caso do Consenso de Washington em 1998, ECO-92. Também em outros, que elucidavam o rearranjo político do Estado, enfatizando os fatores exógenos e endógenos, frente às antigas estruturas políticas engessadas, retomando o conceito e prática de uma governança que buscasse o desenvolvimento sustentável das nações.

No tocante às estratégias de formular e institucionalizar a governança, nasceram novas perspectivas de desenvolvimento político e socioeconômico, sobretudo no campo acadêmico, que passa a problematizar e reconstruir tal conceito, assim um dos mais difundidos dentre a sociedade acadêmica é de SANTOS (1997, p. 342), que define:

[...] o conceito (de governança) não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado. Dessa forma, a governança refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos. [...] a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

Tendo em vista esta ruptura por uma governança mais democrática, no cenário brasileiro a questão da política, participação ou coparticipação do Estado e relação com os diversos entes da sociedade, se dá sob a perspectiva da descentralização das políticas públicas do país, sobretudo na década de 1990, que tiveram duas frentes: a social democrata e a liberal, mas que de forma geral, ambas previam uma preocupação com a governança e formas de integração do Estado e sociedade, porém, a forma e instrumentos que cada um dispunha eram diferenciados.

A NOVA GOVERNANÇA E O TURISMO RESPONSÁVEL

Estes posicionamentos influenciaram os diversos setores da política pública no país. No que tange ao turismo, a de maior destaque foi a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais¹². Essa prevê uma governança territorial dos municípios conforme as afinidades culturais e governança local dos mesmos por meio de uma entidade gestora¹³ com a função de mediar os interesses do diversos atores locais envolvidos no planejamento e gestão da região.

Nesta política, a valorização da autogestão territorial e governamental é incluída como base para o seu desenvolvimento, e que permite uma maior integração e cooperação entre os gestores locais, além de promover o espraiamento do desenvolvimento turístico regional.

Entretanto, o discurso não se faz integralmente na prática. Fragilidades foram reconhecidas durante a implementação da política. Com entraves políticos dos municípios, os atores locais se veem como competidores e não colaboradores, os

¹² Disposta pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo no ano de 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>.

¹³ Neste caso foram criadas associações de municípios de Circuitos Turísticos, em sua maioria como sociedades civis sem fins lucrativos ou privada, como ONG's e OSCIP's, e em menores circunstância, poucas foram formalizadas em agências de fomento.

níveis de desenvolvimento de cada município é diferente, possuindo uma discrepância territorial e enfraquecimento regional.

Dessa forma, novos olhares sobre a política e prática são repensados atualmente. Apresenta-se novamente uma emergência de governança da política, desta vez na esfera do turismo em Minas Gerais. E a abordagem da Gestão Responsável se faz sensível às fragilidades e complexidades da governança local e global, dos Circuitos e Estado, respectivamente.

A Gestão Responsável do Turismo, como ponderado anteriormente, subentende a autogestão como base do desenvolvimento e o Estado como um instrumento facilitador e, suas formas e instrumentos de governo serviriam como um alicerce para Gestão Responsável.

A evolução da governança e os legados de sua trajetória culminaram e continuam instigando novas formas de governar, o que preconizava anteriormente a perspectiva do global, hoje apresenta um olhar para o local. A Gestão Responsável agrega os valores locais em direção aos valores regionais, para se inteirar ao “global”. Ou seja, a relevância das inter-relações e das instâncias, no âmbito público-privado, terceiro setor, e as demais camadas adjacentes das sociedades (grupos, comunidades tradicionais, agentes sociais, etc.) são consideradas em todo processo de governança, sobretudo a sua responsabilidade, reconhecendo suas atribuições, posicionamento local e sociedade a qual está inserido.

A aceitação e aparecimento destes novos agentes são a essência da governança local. Cada um se torna responsável por um papel na forma de governar. A Gestão Responsável parte desse pressuposto. A valorização dos agentes e suas responsabilidades, oportunizando a autogestão e mudança de posicionamento frente às fragilidades e possibilidades de cada território, tornam-se os fundamentos desse processo.

Em suma, o turismo e seu dinamismo como fenômeno social, e enraizado territorialmente, necessita de um novo pensamento e fazer holístico, que recorra ao valor turístico¹⁴, à potencialidade e utilização sustentável de recursos locais¹⁵, ao diálogo entre os elementos internos e externos (política, economia, cultura, signos, conhecimento, tecnologia, local-regional e global, etc.).

Esta possibilidade é cabível aos preceitos da Gestão Responsável do Turismo, pois implica em todos esses elementos, e promove a autogestão, percorrendo as iniciativas locais, as demais instâncias da sociedade, e tendo o Estado como apoiador e facilitador do desenvolvimento. Desse modo, o poder público não se posiciona como patriarca e gerenciador do poder, mas como colaborador dentro de um ciclo ou sistema de agentes do processo de desenvolvimento responsável do turismo.

O posicionamento da governança tradicional se amparava pelas bases liberais que conduziam a mercantilização das políticas em diversos países, sob o discurso desenvolvimentista. Não atentava para as especificidades e demandas locais de cada país, engendrando em uma política global e neutra, que reduzia o potencial e as necessidades endógenas, e excluía a possibilidade de autonomia e governança local.

¹⁴ O valor turístico é o resultado do processo de transformação de valores concebidos pelas relações sociais em determinado espaço, por meio do processo de chancelamento em direção a economia sustentável, ou seja, são a cultura, política, esporte, os negócios, a saúde, a religião, a estética, a ética, o modus vivendi, o ser humano, e os meios urbano, rural e natural, bem como os produtos ali oriundos são convertidos em valores turísticos, seja intencionalmente por meio de uma relação de produção mercantil, ou não. (LEMOS, 2005, p. 164)

¹⁵ Infraestrutura, acesso, recursos políticos e financeiros, elementos ambientais, culturais e humanos etc.

Observa-se que a sociedade tem reagido constantemente às formas de governar, em busca de meios menos impactantes negativamente e de maneira mais participativa. O turismo tem acompanhando este processo, e vem se moldando às diversas possibilidades, principalmente, sob a visão da sustentabilidade que ainda não agregava todos os problemas, inclusive de como gerenciar e quem é responsável pelo processo ou alcance dessa sustentabilidade.

Tendo em vista esta lacuna, a Gestão Responsável do Turismo vem preencher também estas fragilidades e trazer um novo pensamento sobre indivíduos, seja ele turista, governo, sociedade privada, comunidade e seu papel neste processo de gestão e desenvolvimento, a caminho da integração, participação, auto e cogestão, pautada em uma nova governança que tem como principais atores congregados os Circuitos Turísticos.

CIRCUITOS TURÍSTICOS: POLÍTICA DE MINAS GERAIS

A política de Circuitos Turísticos no Brasil foi inspirada no modelo de política de descentralização e regionalização francesa. Segundo Oliveira (2008), o sistema de regionalização do turismo na França se baseia na divisão de competências entre as instâncias de governo e a proposta de descentralização das funções administrativas entre os mesmos, e é regida pelo Código do Turismo, que reúne as principais leis e decretos destinados ao tema.

As competências são divididas entre entidades governamentais, Estado, Região e Municípios que atuam nas políticas públicas de turismo. Entretanto, o maior enfoque é dado aos conselhos ou comitês, que são os principais atuantes na formação e implementação das políticas em âmbito local. Os Comitês Departamentais de Turismo (CDTs) são associações que participam da organização do turismo no território francês. Oliveira (2008, p. 65) descreve as competências de um CDT como:

[...] assegurar, em nível departamental, a elaboração, promoção e comercialização de produtos turísticos com a colaboração dos profissionais e os organismos referentes à atividade turística, além de garantir o pleno funcionamento da estrutura turística local. Já as ações de divulgação do departamento em âmbito internacional, devem ser feitas em conjunto com o Comitê Regional do Turismo no qual pertence o CDT.

Os CDTs desenvolveram a política de turismo para o território pautado na criação de roteiros e divulgação expressiva dos mesmos para turistas nacionais e estrangeiros. Uma das propostas era a organização dos roteiros em *circuits*, que são roteiros turísticos temáticos que reúnem os principais atrativos em regiões próximas, semelhantes ou não. Para a estruturação da política de regionalização brasileira de circuitos turísticos foram reunidas características do modelo francês dos CDTs, adaptando-o às necessidades do Estado, influenciada pela marcante figura do poder municipal existente no Brasil.

Em Minas Gerais, a ideia da concepção dos Circuitos Turísticos veio da necessidade de desenvolver o potencial do Estado nesse setor. Com intuito de gerar oportunidades aos municípios, estes passariam a explorar as suas potencialidades,

contribuindo para a diversificação dos atrativos e melhoria da infraestrutura turística da região.

Em 2001, o Estado de Minas Gerais lançou uma política de turismo para estimular a criação de circuitos turísticos. O governo estadual já havia percebido sobre a importância de articular regionalmente para a expansão do número de produtos turísticos oferecidos pelo Estado e para aumento da taxa de permanência do turista. Fundamentada em uma política voltada para a regionalização e descentralização das decisões, a SETUR-MG passou a organizar Oficinas Participativas, que tinham por objetivo discutir a atividade turística e a importância da regionalização como instrumento de desenvolvimento turístico com o poder público e a comunidade local (BOLSON, 2004 apud BOLSON, 2008, p. 73)¹⁶. Assim:

A proposta dos Circuitos Turísticos foi lançada e construída de forma participativa. A sua implementação também se deu da mesma forma. Ficou a cargo dos municípios a decisão de participar ou não do processo. Os municípios interessados passaram então a se reunir para discutir a melhor forma de organização.

Pela proximidade entre determinados municípios e as suas afinidades, apesar de algumas diferenças, esse associativismo constituído por meio do Circuito significava novas possibilidades em relação ao desenvolvimento turístico municipal e regional. A orientação principal retratava a atração fluxo de turistas para a região e estimular um maior tempo de permanência no destino, gerando um movimento do comércio local e os serviços turísticos.

Atualmente, os Circuitos Turísticos mineiros são estabelecidos por livre iniciativa de municípios próximos, incentivados pela SETUR-MG.

CIRCUITO TURÍSTICO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

Para compreender o posicionamento do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, torna-se necessário a compreensão de alguns fatos sobre o Parque e suas implicações na criação do Circuito, sendo esse o principal elo de integração dos municípios.

O Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado com objetivo de proteger as nascentes do Rio Cipó, a fauna e flora diversificada e as intensas ações antrópicas. Seu processo de criação iniciou na década de 1970 com o pleito para a criação de um parque de proteção ambiental para a região da Serra do Cipó, sendo criado no ano de 1978, pelo Governo Estadual. No entanto, o Estado não detinha o recurso para negociar as desapropriações e a área foi transferida para jurisdição do Governo Federal, que com o auxílio do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) conseguiu desapropriar 40% das terras para a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, em 25 de setembro de 1984.

A partir da década de 1990, com o aumento do fluxo de turistas e divisas na região, iniciou-se por parte dos administradores locais o processo de apropriação do nome “Serra do Cipó”. O município de Jaboticatubas, com a justificativa de deter em seu território maior parte de áreas do Parque e do Rio Cipó, lançou materiais de

¹⁶ OLIVEIRA, Rafael Almeida de. Descentralização: Um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://bhturismo.files.wordpress.com/2009/03/monografia-circuitos-turisticos-e-franca.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2013.

divulgação utilizando o nome “Serra do Cipó” e da mesma maneira, Conceição do Mato Dentro também se lançou como “Circuito Serra do Cipó”. Essa disparidade de nomes e marcas levava o estranhamento e confusão sobre o que seria a Serra do Cipó por parte de moradores, turistas e até para os gestores (ROCHA, 2011, p. 37).

Por meio do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais foi criada a AMPASC¹⁷. Atuante desde 2002, tem como objetivo desenvolver o turismo local como vetor de crescimento econômico e cultural. É uma associação sem fins lucrativos que recebe contribuições do poder público, ou seja, das prefeituras que compõem o quadro de afiliados (ROCHA, 2011, p. 16.). A associação aparece como um meio de instituir elementos da gestão responsável, qual seja: elaboração de instrumentos normativos; instituir padrões de articulação e cooperação; buscar transformações positivas em direção ao desenvolvimento da região.

¹⁷ Associação dos Municípios Parque Nacional da Serra do Cipó que abrange seis municípios de Minas Gerais: Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Jaboticatubas, Nova União, Santa Maria de Itabira e Santana do Riacho.

Ainda de acordo com Rocha (2011), o Circuito Serra do Cipó organiza o turismo local por meio de quatro linhas de atuação que são: o fortalecimento das relações intermunicipais; a indução à capacitação dos prestadores de serviços ao turista; o incentivo à profissionalização da gestão pública do turismo pelos municípios e a definição de projetos estratégicos de indução de fluxo turístico que viabilizem os investimentos privados e, ao mesmo tempo, valorizem os aspectos culturais e naturais da região. Essas ações demonstram o início da instituição de ações de gestão responsável.

A principal função do Circuito é promover a integração entre os municípios participantes, agir como intermediário na relação entre instituições de turismo em âmbito público e privado, contribuindo na implementação das ações. Além de promover a sensibilização cotidiana da importância do turismo para as localidades. A missão da instituição é “ser o indutor do desenvolvimento regional tendo o turismo como principal vetor, respeitando as três dimensões da sustentabilidade (econômica, sócio-cultural e ambiental), por meio da criação de uma identidade regional e integração contínua entre estes municípios” (ROCHA 2011, p. 31).

RESULTADOS PRELIMINARES

Inicialmente, a pesquisa constituiu-se em um resgate histórico-documental, das ações desenvolvidas pelo Circuito, durante seus 10 anos de existência, analisando os documentos desde sua criação até a gestão de 2012. Esta análise documental se deu a partir da leitura de dados primários, tais como: atas, relatórios, plano de ações, dentre outros, que culminou na construção de parâmetros cruciais para avaliar a integração e cooperação dos membros e da própria gestão do Circuito Turístico Parque Nacional Serra do Cipó.

Foram elencados vinte parâmetros, que serviram de base para compreender a estrutura do Circuito, bem como o nível de integração dos membros e gestores locais do mesmo. A planilha de parâmetros, fundamentada, sobretudo nas atas está classificada em cinco (5) categorias consideradas primordiais e facilitadoras para a sistematização e organização dos dados coletados e analisados, sendo: data/ano da ata; teor da discussão; consenso; impressões e observações. Sendo assim, cada parâmetro foi avaliado a partir da categorização apresentada no quadro a seguir:

PARÂMETRO	CONCLUSÕES
Estrutura	Ênfase na necessidade de integração entre os membros;
Estatuto e Regimento	Valorização e legitimação do Circuito
Eleições e Conselhos	Alta representatividade dos membros e unicidade nas decisões
Mudança de Membros	Oscilatória, entretanto vê-se que nas decisões há um forte nível de integração.
Inclusão-Saída de Municípios	A alta rotatividade de municípios pode afetar o andamento de projetos.
Questões Financeiras	Importância da contribuição financeira e o destino dos valores repassados.
Certificação	Processo que facilitou a ampliação de projetos e demais ações junto ao Estado.
ICMS	Falta de empenho no cumprimento de requisitos para angariar fundos a fim de colocar em prática ações do Circuito ou que favoreçam o desenvolvimento da atividade turística e, conseqüentemente, influenciem o todo;
COMTUR	Existência de mobilização com a comunidade local, embora permaneça a necessidade de melhorar a atuação dos conselhos de turismo.
FUMTUR	Envolvimento dos representantes do município em órgãos contribuintes ao desenvolvimento do Circuito.
Projetos e Programas	No geral apresentam forte cunho social, cultural e ambiental.
Associações	Proposta de formar associações que organizem de forma cooperativa a produção rural-artesanal atrelada ao turismo
Ações de Marketing	Contribuíram para impulsionar e consolidar a região da Serra do Cipó
Planos	Maioria é baseada em decisões prioritárias do Circuito
Parcerias	Participação dos integrantes no apoio as ações do Circuito
Captação de Recursos	A maioria provindos da SETUR-MG.
Eventos	Necessidade de maior visibilidade aos eventos locais.
PNSC	Prioridade da SETUR no recebimento dos investimentos ampliando a estrutura do local, para o projeto Parques Copa.
Mineração e Questões Ambientais	Preocupação da mineração como atividade ameaçadora para o turismo, entretanto discute a medida compensatória como um possível mediador de conflito e oportunidade de captar recursos.
Conflitos	Em geral, tem-se a insatisfação de prestação de serviços e descontinuidade dos mesmos.

Quadro 1. Parâmetros de análise.

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa estrutura, foi constatado que a gestão do Circuito Turístico Serra do Cipó apresentou fases diversas e níveis diferentes de integração entre os membros no decorrer dos anos. Isso demonstra uma fragilidade expressiva no principal fundamento da gestão responsável, ou seja, a integração e cooperação. Cada parâmetro trouxe um reflexo das correlações, corresponsabilidades, decisões, entraves e outros, entre os membros. Nota-se uma diferenciação ao longo dos anos, devido ao processo de estruturação, gestão, legitimação da entidade, mobilização, sensibilização e envolvimento dos participantes.

Tendo em vista o nível de integração e articulação dos membros em cada parâmetro, ratificou-se que o Circuito no contexto geral foi adquirindo uma maior integração ao longo de sua gestão. No início da entidade, os membros se mobilizaram em busca de uma melhor estruturação, além de conquistar parceiros e municípios interessados. Nesta fase, verificou-se um nível de integração alto, uma vez que ocorreu a aceitação dos municípios e constituição dos membros.

Até a gestão de 2004 o posicionamento do Circuito em relação à integração oscilava, no que concerne, principalmente: ao envolvimento do Parque Nacional da Serra do Cipó, no qual sua gestão era distante do Circuito; à questão da mineração que comprometeu a atividade turística em alguns dos municípios; à baixa qualidade da oferta hoteleira de alguns membros; ao afastamento de certos municípios com relação às atividades do Circuito neste ano; à cobrança de pagamentos de mensalidades dos municípios, dentre outros. Denotam divergências e queda no nível de integração dos membros do Circuito, mesmo com o constante alerta dos diretores e gestores durante as reuniões acerca da importância da integração dos municípios e meios para a sinergia das ações e membros¹⁸.

¹⁸ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

A partir do ano de 2005, o Circuito recebe a certificação. Neste momento o posicionamento dos membros e da instituição acerca da integração se intensifica, pois o reconhecimento fortaleceu as relações dos municípios com o Circuito, estreitou laços com Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, viabilizou incentivos institucional e financeiro para execução de projetos do Circuito e promoção do destino Serra do Cipó¹⁹.

¹⁹ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

No ano de 2007 o Circuito tinha o SEBRAE e SENAI como parceiros, e juntamente investiam em ações de promoção como *benchmarking*, visitas técnicas

em outros estados, projetos de curso de capacitação e profissionalização dos prestadores de serviços ao turista e gestores públicos, respectivamente. Foi o momento em que a entidade apresenta uma estrutura consolidada, e busca por meio de ações, a articulação do mercado regional e nacional. Ao passo disso, ocorreu a contratação de uma consultoria para a elaboração de estudo de mercado, plano estratégico e plano negócios²⁰.

Em 2009 o Circuito passa por uma reestruturação, sobretudo no setor administrativo. Nota-se a necessidade de mudanças em decorrência de um novo momento. Assim, algumas questões deviam ser reconsideradas e outras retomadas. Dessa forma, houve modificações no Estatuto, no valor e forma de pagamento das mensalidades, além da apelação das formações dos COMTURs²¹ e FUMTUR²², incentivo da participação da iniciativa privada nas ações do Circuito, possibilidade de pleitear o ICMS Turístico²³, reaproximação da gestão do Parque Nacional da Serra do Cipó com o Circuito, priorização nas ações de marketing do Circuito, consolidação de convênios e parcerias como a ROTA - Rede Organizada para um Turismo Auto-Sustentável. O Circuito neste momento contemplava um *know-how* do mercado turístico, o que possibilitou desenvolver ações mais direcionadas ao turista específico que visita a região da Serra do Cipó, como a formalização do site, a criação da marca e projeto de roteirização da Serra do Cipó²⁴. Esse novo arranjo, demonstra iniciativas claras de autogestão, porém, essas ainda não estão consolidadas.

Nos anos seguintes, o Circuito permanecia com uma gama de projetos e continuidade dos já existentes. Esse foi um momento de grande visibilidade e, outros municípios se interessam na integração ao Circuito, pois avistaram oportunidades, em decorrência do favorecimento do financiamento de projetos, devido aos repasses da SETUR. Mesmo o Circuito adquirindo as vantagens e voltando suas ações para o mercado regional, manteve-se atento às necessidades locais, como no ano de 2010 desenvolveu o curso de sensibilização do turismo nos municípios, para que a comunidade local faça parte do processo da atividade turística, ainda neste mesmo ano a entidade recebe a premiação de Casos de Sucesso do Ministério do Turismo, na categoria Planejamento e Gestão do Turismo Regional, como reconhecimento de uma gestão integrada, que incentivava os gestores públicos, comunidade e iniciativa privada a se engajarem no desenvolvimento do turismo de suas regiões. Sendo assim, ratificou-se que o nível de integração se elevava desde 2007, e que após o ano de 2010 o nível se mantinha, pois o Circuito continuou na mesma linha de ação e segundo os relatos das atas nota-se um consenso nas decisões e raros conflitos²⁵.

Nos demais anos até a gestão atual do Circuito, ocorreram mudanças de membros, os projetos continuaram, outros finalizaram e surgiram novas propostas como o de estruturação de turismo rural na região da Serra do Cipó e formação de cooperativas e associações de produtores rurais, além de outros projetos como o Enduro e o mais recente projeto Parques Copa, que objetiva a estruturação de 27 unidades de conservação para o recebimento de turistas durante o evento da Copa de 2014, sendo o Parque Nacional da Serra do Cipó foi um dos selecionados²⁶.

Importante ressaltar o olhar abrangente adotado pelo Circuito, uma vez que se volta para as necessidades e vantagens locais, com vistas ao mercado regional, mas também ao mercado nacional e internacional. Sendo assim, tem-se um nível de integração contínuo entre os membros, inclusive um maior envolvimento

²⁰ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²¹ O COMTUR - é uma instância de planejamento participativo nas gestões locais, constituído como um fórum deliberativo no tema turismo. Busca consolidar parcerias e proporcionar, o envolvimento e o comprometimento dos mais variados setores socioeconômicos do município no fomento da atividade turística. Disponível em: <<http://www.fumtur.com.br/index.php?p=co&i=22>>. Acesso em 20 abr. 2013.

²² O FUMTUR está atrelado ao Conselho (COMTUR), servindo como instrumento de captação de recursos para viabilizar projetos e linhas de ações propostas pelo mesmo. Disponível em: <<http://comtursv.blogspot.com.br/2013/01/o-fundo-municipal-de-turismo-fumturtem.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

²³ O ICMS Turístico surgiu com base na alteração da Lei 18.030/2009 (nova Lei Robin Hood) a fim de promover o patrimônio turístico das cidades de Minas Gerais. É uma forma de incentivar os municípios ao investimento e melhoria dos serviços, infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra local, conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, proporcionando o desenvolvimento sustentável da atividade. Disponível em: <<http://mgmtm.tempsite.ws/patrimonio-cultural/icms-turistico.php>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

da gestão do Parque devido ao projeto Parques Copa.

Por fim, constatou-se, a existência de integração entre os membros, entretanto, em certos parâmetros e em certas gestões percebem-se oscilações, sobretudo nos anos de 2002 a 2004 e de 2005 em diante. Mas em um contexto geral, diante desta análise empreendida, pode-se afirmar que o Circuito tem uma gestão integrada e participativa, sob um viés da Gestão Responsável.

Em suma, a análise supracitada resultou em três produtos preliminares gerados pela equipe do projeto: a confecção da planilha agregando indicadores de autogestão e gestão responsável, e do relatório dos parâmetros; a apresentação dos resultados iniciais pelo grupo de pesquisa do projeto, durante a participação de uma das reuniões do Circuito e a apresentação de dois trabalhos acadêmicos no XV Encontro de Extensão da Semana do Conhecimento e Cultura da UFMG 2012.

Após a concepção dos elementos mencionados, foi elaborado um sumário executivo dos municípios pertencentes ao Circuito. Tal documento reúne o levantamento das informações gerais dos municípios que pertencem ao circuito, categorizadas por oito dimensões: socioespacial, histórica, econômica, ambiental, cultural, política e mercadológica do turismo. Além da elaboração da grade de produtos²⁷ sistematizada nas potencialidades de cada município conforme a oferta dos recursos²⁸ e produtos dos mesmos. O diagnóstico abrange, também, a análise SWOT²⁹ de cada município apontando as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. Que em sua maioria os municípios dispõem de um grande potencial para o ecoturismo e em menor escala para o turismo cultural e rural; no que tange às fraquezas, apresenta-se a questão da pouca infraestrutura e acesso precário aos atrativos; nas ameaças indica-se a atividade mineradora e as fragilidades políticas locais e nas oportunidades a facilidade de se associarem devido ao trabalho conjunto e cooperado existente na região.

Dessa forma, o documento fornece o primeiro diagnóstico de forma sucinta abarcando as principais características dos municípios, auxiliando na continuidade das próximas ações do projeto, como pesquisa de campo e cruzamento das informações obtidas pós-campo e conjuntamente com a análise dos diagnósticos e ao final do projeto a elaboração e execução de estratégias junto a AMPASC e os municípios da região da Serra do Cipó para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios da Gestão Responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto pretende unir planejamento e gestão, que por muito tempo estiveram dissociadas no curso de Turismo, criar produtos e projetos da gestão responsável para os municípios, além de fomentar a participação de todos de forma igualitária na atividade turística. Sendo assim, a temática mostra-se relevante como forma de favorecer o desenvolvimento integrado do turismo. Configura-se como fonte de registro documental e histórico do Circuito e instrumento colaborador na gestão do mesmo.

²⁴ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁵ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁶ Análise extraída do Relatório de Parâmetros, 2012.

²⁷ Apresentado no Sumário Executivo, 2012.

²⁸ Recurso é entendido segundo a definição de Chias (2007) como um conjunto de atrativos do território, a identificação dos recursos é considerada a primeira etapa do processo do planejamento estratégico de marketing turístico de uma localidade.

²⁹ O termo SWOT é uma sigla em inglês, que representa um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A Análise SWOT é um sistema simples que tem por objetivo verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. A análise se divide em Ambiente Interno, composto pelos itens Forças e Fraquezas; e Externo, relacionado às Oportunidades e Ameaças. A partir dessa divisão é possível estabelecer aquilo que é de responsabilidade da empresa/território, e o que é uma antecipação do futuro, ou seja, o que se pode traçar a

Nota-se com a oportunidade deste projeto, a discussão de governança relacionada ao turismo, tema incipiente no debate teórico, e intrínseco para construção das políticas públicas de turismo no país. Dessa forma, o tecer destas reflexões puderam trazer a conectividade e influências do contexto histórico da governança no seu contexto global ao local na Política de Circuitos Turísticos em Minas Gerais, e até que ponto se faz legítimo o discurso à prática. Entende-se que os Circuitos Turísticos e sua lógica são condizentes com a nova governança, e se subjaz à AMPASC, como forma de governar, sobretudo pela integração percebida dos membros, que se faz consonante à abordagem de Santos (1997), ao afirmar sobre a rede social e governar não somente ao aparelhamento do Estado.

Ainda neste contexto, percebe-se uma mobilização inerente, coesão e protagonismo de alguns membros da AMPASC durante a gestão de 2012, sendo estes elementos fundamentais para o caminho da autogestão e Gestão Responsável do Turismo. Entretanto, a nova gestão de 2013, por questões políticas, novas oscilações são percebidas, por meio da entrada e saída dos municípios, sendo este um entrave significativo da gestão do turismo, e sobretudo da Gestão Responsável que tem como objetivo assegurar por meio de instrumentos a não ocorrência dessas fragilidades.

Observa-se que o Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, na tentativa de garantir uma gestão responsável, tenta gerir seus recursos (financeiros, de pessoas, administrativos e outros), por meio de parcerias, pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, pela contribuição dos membros, e setor privado, obtendo a transparência da aplicabilidade de cada recurso. Vale ressaltar que por meio deste projeto a Universidade estabeleceu uma parceira com AMPASC com importantes frutos, desde oportunidades para vivência de estágio profissional a apoio e participação nos eventos do Circuito, mas sobretudo fortalecendo a extensão universitária.

A continuidade do projeto está prevista para o ano de 2014, com recursos provenientes do MEC, e intenciona acompanhar de perto, os municípios menos estruturados, visando contribuir de modo profícuo com a elaboração de instrumentos normativos e principalmente na integração desses com o circuito e atenção às suas especificidades.

Por fim, este trabalho representa uma proposta de análise crítico-reflexiva acerca da compreensão da gestão do Circuito e seu funcionamento, bem como seus envolvimento com os membros e demais atores que fazem parte do processo. Todo este estudo resultou na proposição de estudos analíticos e coesos com a realidade do objeto de estudo, a fim contribuir para que a entidade possa realizar uma gestão sob os parâmetros de responsabilidade, e que este estudo possa ser replicado em outros Circuitos Turísticos de Minas Gerais, de forma flexível que corresponda à realidade e especificidades de cada Circuito.

REFERÊNCIAS

A análise SWOT como ferramenta de gestão estratégica. Disponível em: <<http://www.superempreendedores.com/empreendedorismo/a-analise-swot-como-ferramenta-de-gestao-estrategica>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. Circuitos turísticos de Minas Gerais – Modelo de Regionalização. Belo Horizonte: **Revista Turismo**, 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>>. Acesso em: 3 maio 2013.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo; ÁLVARES, Lucia Capanema. **Descentralização e democratização da gestão pública**: a implantação dos circuitos turísticos em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://andersonufrn.googlepages.com/planejamento-turistico-mg.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2013.

CHIAS, Josef. **Turismo**. O negócio da Felicidade. Desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: Senac. 2007.

COMTUR. Disponível em: <<http://comtursv.blogspot.com.br/2013/01/o-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-tem.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

DANIEL, Roberto Francisco. **Responsabilidade como expressão de uma existência dialogal**. Bauru, 2003. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/42256/Responsabilidade_como_Express%C3%A3o_de_uma_Exist%C3%Aancia_Dialogal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FARIA, J. H. **Relações de poder e formas de gestão**. Criar/FAE, Curitiba. 1985.

FUMTUR. Disponível em: <<http://www.fumtur.com.br/index.php?p=co&i=22>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

GONÇALVES, Alcindo. Conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**. Fortaleza. 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manuel/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, Paris, Fevereiro de 2001. Versão italiana: “Una nuova condizione umana. Gli smarrimenti dell’individuo-soggetto”. *Le Monde Diplomatique/Il Manifesto*, Fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.ilmanifesto.it/MondeDiplo/Le_Monde-archivio/febbraio-2001/01021m22.01.html>.

LE MOS, Leandro. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo, Aleph, 2005.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza**: do Conselho de Washington ao consenso das oportunidades. São Paulo. 2009.

MINAS GERAIS. Decreto-lei n°. 43.321, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/media/upload/download/93.doc>> Acesso em: 3 maio 2013.

_____. Decreto-lei n° 90.223, de 25 de setembro de 1984. Cria, no Estado de Minas Gerais, o PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/serra%20do%20cipo.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/promocao_comercializacao/presstrips.html>. Acesso em: 21 abr. 2013.

MGTM - Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://mgtm.tempsite.ws/patrimonio-cultural/icms-turistico.php>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

OLIVEIRA, Rafael Almeida de. **Descentralização: um paralelo entre os Circuitos Turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://bhturismo.files.wordpress.com/2009/03/monografia-circuitos-turisticos-e-franca.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2013.

OLIVEIRA, Sérgio Domingos. FONTONA, Rosilene de Fátima. Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável? **IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, Brasil. Julho de 2006.

ROCHA, Adriana Moreira. **O posicionamento e a gestão de circuitos turísticos: o caso do Circuito Serra do Cipó**. Belo Horizonte, 2011.

SALVATI, Sérgio (Org.). **Turismo responsável – manual para políticas públicas**. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil. Pós-Constituinte. Dados, v. 40, n. 3, Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000300003>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

WORLD BANK. 1992. **Governance and development**. Washington, DC: The World Bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>> Acesso em 21 de Abril de 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

OLIVEIRA, Ana Paula Guimarães Santos de; PEREIRA, Joyce Kimarce do Carmo; SILVA, Keila de Freitas da; LOCKMANN, Natane Vieira; SILVA, Sílvia da Costa. Perspectivas do Projeto Gestão Responsável do Turismo no Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó/Minas Gerais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 123-138, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.